COLLECCÃO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES
DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO
1856.

LEI N. 406—DE 2 DE JULHO DE 1856.

Antonio Candido da Cruz Machado, oficial da Imperial ordem da Roza, deputado à assembleia geral legislativa pela província de Minas Geraes, e presidente da do Maranhão. Faco saber a todos os seus habitantes que a assembleia legislativa provincial decretou e eu saquei a lei seguinte.

Art. único. Fica aprovado o contracto celebrado entre a presidencia e o cidadão Raimundo Brito Gomes de Souza para o encanamento das aguas do Anil.

Mando, por santo, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpra e faça cumprir tão inteiramente como n'ella se contem. O secretario da província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do governo da província do Maranhão em dois de julho de mil oitenta e cincoenta e seis, trigesimo quinto da independencia e do imperio.

Antonio Candido da Cruz Machado.

Estava o sello.

Carta de lei, pela qual V. Exc. manda executar o decreto da Assembleia Legislativa Provincial, aprovando o contracto celebrado entre a presidencia e o cidadão Raimundo Brito Gomes de Souza, para o encanamento das aguas do Anil.
Para V. Exc. ver,

Roberto Augusto Colin a fez.

Sellada e publicada na secretaria da provincia de Maranhão em 2 de julho de 1856.

Luiz Antonio Vieira da Silva,
Secretario da Provincia.


João Raimundo de Miranda Machado.

---

LEI N. 407—DE 3 DE JULHO DE 1856.

Antonio Candido da Cruz Machado, official da imperial ordem da Roza, deputado à assembleia geral legislativa pela provincia de Minas Geraes, e presidente da do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte.

Art. 1.º O predio provincial da rua Formoza desta cidade fica destinado para o azyllo de Santa Tereza, que para elle será transferido, logo que esteja concluidos os reparos e arranjos, que no dito predio se estão fazendo.

Art. 2.º O presidente da provincia fica autorizado a comprar, com a brevidade possivel, o terreno de oito a dez brazas de frente com o respectivo fundo, que existe por traz do predio, de que tracta o artigo 1.º, pertencente ao cidadão Vito Bayma; e a mandar fazer no dito terreno muros de alvenaria, que o cem quem.
Este terreno fica encorporado ao sobredito predio provincial.

Art. 3. As despesas que se fizerem, tanto com a compra do terreno, como com as obras a que se refere o artigo antecedente, correrão por conta das sobras da receita provincial do exercício de 1855 a 1856.

Art. 4. As sobras das quantias, que annualmente forem votadas na lei do orçamento provincial para as despesas do asylo de Santa Thereza, passarão no fim de cada anno financeiro, a começar do anno de 1855 a 1856, para um cofre, que deverá ser colocado no referido asylo, a fim de serem aplicadas em beneficio do mesmo, pela forma, que julgar mais conveniente o presidente da província de acordo com o director do sobredito estabelecimento.

Art. 5. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e façam cumprir tão inteiramente como nel-la se contem. O secretario da província a faça imprimir publicar e correr.—Palacio do governo do Maranhão em tres de julho de mil oito centos e cinquenta e seis, trigesimo quinto da independencia e do imperio.

Antonio Candido da Cruz Machado.

Estava o sello.

Carta de lei, pela qual V. Exc. manda executar o decreto da Assemblea Legislativa Provincial, destinando o predio provincial da rua Formoza desta cidade, para o asylo de Santa Thereza, que para elle será transferido logo que estejão concluídos os reparos e arranjos, que no dito predio se estão fazendo, como acima se declara.

Para V. Exc. ver. Roberto Augusto Colin a fez.
Sel'ada e publicada na secretaria da provincia do Maranhão em 3 de julho de 1856.

Luiz Antonio Vieira da Silva.  
Secretario da Provincia.


João Raimundo de Miranda Machado.

---

LEI N. 408—de 18 de julho de 1856.

Antonio Candido da Cruz Machado, official da imperial ordem da Roza, deputado à assembléa geral legislativa pela provincia de Minas Geraes, e presidente da do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1. Fica desde já elevado á cem o numero dos educandos artífices e á cinquenta o das meninas do Asylo de Santa Thereza desta cidade, ficando outro-sim elevada a quinhentos reis a diaria, que, para a alimentação de cada um dos primeiros, dá o thesouro publico provincial.

Art. 2. Por proposta exclusiva dos juizes d’orfohãos da provincia ao presidente, e com aprovação deste serão preenchidos vinte lugares na casa dos educandos artífices e dez no Asylo de Santa Thereza. Entre os primeiros serão também admitidos três indígenas menores, que forem propostos pelo director geral dos indíios.

Art. 3. O numero dos educandos artífices supranumerarios será determinado pelo presidente da provincia, precedendo informações do respectivo director, de
forma tal, que cada um dos mesmos educandos tenha para seu tracimento a diaria de quinhentos reis, ou para o futuro, tiverem os educandos daquela, que, para o futuro, tiverem os educandos do estabelecimento, e o respectivo director privativo do estabelecimento, fica obrigado a apresentar todos os annos à assembléia legislativa provincial, no principio de sua reunião uma conta especial de tais rendimentos e de sua aplicação.

Art. 4. Ficão conservados os actuaes educandos supranumerarios, que possão exceder o numero limitado pela disposição do art. antecedente; e não serão admitidos novos, de qualquer especie, em quanto o numero dos mesmos supranumerarios não for reduzido ao que o estabelecimento poder manter pelos seus rendimentos.

Art. 5. O presidente da provincia fará extrahir duas loterias, segundo o plano das concedidas às matrizes, cujo produto será exclusivamente aplicado ao augmento do edificio dos educandos artifices.

Art. 6. A casa dos educandos artifices fica exonerada de restituir ao thesouro publico provincial a quantidade de um conto trezentos e trinta e oito mil novecientos e cincoenta reis (1:338:950), importancia do custo do instrumental comprado para a mesma casa inclusive fretes, direitos e commissão.

Art. 7. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e faça cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario da provincia a faça imprimir, publicar e correr.—Palacio do governo do Maranhão em dezoito de julho de mil oitocentos e cinqueenta e seis, trigesimo quinto da independencia e do imperio.

Antonio Candido da Cruz Machado.
Estava o sello.

Carta de lei, pela qual vossa excellencia manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, elevando a cem o numero dos educandos artífices, e á cincoenta o das meninas do Asylo de Santa Thereza, e bem assim a quinhentos reis a diaria consignada para alimentação dos primeiros, como acima se declara.

Para V. Exc. ver.

Roberto Augusto Colin a fez.

Sellada e publicada na secretaria da provincia do Maranhão em 18 de julho de 1856.

Luiz Antonio Vizira da Silva.
Secretario da provincia.


João Raimundo de Miranda Machado.

---

LEI N. 409—de 18 de Julho de 1856.

Antonio Candido da Cruz Machado, official da imperial ordem da Roza, deputado á assembléa geral legislativa pela provincia de Minas Geraes, e presidente da do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou, de eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.° Fica creada na villa da Barra do Corda
uma cadeira de primeiras letras para meninos com o ordenado de quinhentos mil reis (500$000).

Art. 2.° Esta cadeira será provida na forma das leis em vigor.

Art. 3.° Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando, por tanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario da provincia a faça imprimir, publicar e correr. — Palacio do governo do Maranhão em dezoito de julho de mil oitocentos e cinquenta e seis, trigésimo quinto da independencia e do imperio.

ANTONIO CANDIDO DA CRUZ MACHADO.

Estava o sello.

Carta de lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, creando na villa da Barra do Corda uma cadeira de primeiras letras para meninos, como acima se declara.

Para V. Exc. ver.

Roberto Augusto Colin a fez.

Sellada e publicada na secretaria da provincia do Maranhão em 18 de julho de 1856.

Luiz Antonio Vieira da Silva.
Secretario da provincia.


João Raimundo de Miranda Machado.
LEI N. 410—DE 18 DE JULHO DE 1856.

Antonio Candido da Cruz Machado, oficial da imperial ordem da Roza, deputado á assembléa geral legislativa pela provincia de Minas Geraes, e presidente da do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º São concedidos ao cidadão Filippe da Motta de Azevedo Corrêa, professor de lingua ingleza no lycéo desta cidade, dous annos de licença para concluir a sua formatura em direito, vencendo integralmente o ordenado que lhe competir.

Art. 2.º Findo o tempo da licença o thesouro publico provincial descontará todos os mezes metade do ordenado do dito professor até a completa solução da quantia que em virtude desta lei lhe for adiantada.

Art. 3.º O cidadão Filippe da Motta de Azevedo Corrêa fica obrigado a prestar fiança idonea á fazenda, em garantia da indemnização dos ordenados, que lhe ten: de ser adiantados.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario da provincia a faça imprimir, publicar e correr.—Palacio do governo do Maranhão em dezoito de julho de mil oitocentos e cincenta e seis, trigésimo quinto da independencia e do imperio.

Antonio Candido da Cruz Machado.

Estava o sello.

Carta de lei, pela qual V. Excellencia manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial concedendo ao professor de inglez do lycéo Filippe da
§ 4.º Com a bibliotheca publica, ficando elevados o ordenado do bibliotecario á 1:000$ reis, e o do porteiro á 500$ reis.

Art. 9.º Com diferentes subsídios:

§ 1.º Para alimento de 12 orfãos pobres e ordenado da professora de primeiras letras do Recolhimento.

§ 2.º Para alimento de 13 orfãos pobres no Seminario Episcopal, inclusive 650$ reis para roupa e calçado dos mesmos.

§ 3.º A casa dos educandos artifices, elevada á cem o numero dos alunos, a diaria á 500 reis, os ordenados do director á 1:400$, do almoxarife a 500$ rs., do escrivão á 400$ rs., e do facultativo á 200$.

§ 4.º Ao Asylo de Santa Thereza, ficando elevado a cincoenta o numero das orfãs, á 500 reis por dia cada uma, e ordenado da mestra de costura á 400$ rs. e o numero dos serventes á 4, sendo 3 internas á 320 reis por dia, e um externo á 400 reis por dia, inclusive outros empregados.

§ 5.º Ao teatro de S. Luiz.

§ 6.º A companhia do Anil, garantia do juro de 8 por cento sobre o capital de 200:000$ reis.

§ 7.º Emprestimo á fabrica de tecidos, primeira prestação.

§ 8.º A companhia de navegação fluvial por vapor, sendo de subvenção para a 1.ª e 2.ª linhas 31:200$ rs., para a limpeza de rios 10:000$ rs., e para a fabrica de fundição 8:000$ reis.

Art. 10. Com o culto publico, alem do...
produto das loterias, que extrahirem no
anno da lei ........................................ 8:560$000

§ 1. — Para o pessoal ......................... 5:700$000

À saber:

Ao capellão da cadeia da capital 200$ reis, ao sacristão 100$ reis, ao encarregado da capela do Arary 300$ reis, à 3 missionaries 1:500$ reis, à 12 coadjuvantes 3:600$ reis.

§ 2. — Para o material ...................... 2:860$000

À saber:

Guisamento para freguezias 2:300$ reis, dito para 5 capellás 160$ reis, festividades nacionaes 400$ reis.

Art. 11. Com a administração da justiça, sendo 10:000$ para sustento e curativo de presos pobres e 2:000$ reis para sua condução e outras despezas ....... 12:000$000


Art. 13. Com aposentados e reformados, inclusive 3:499$ reis para o oficial-maior e o chefe de secção da secretaria do governo, e o capitão do corpo de polícia Diogo David Moreira ....... 7:938$000

Art. 14. Com corpo de polícia urbana e esquadras de guardas campestrses ....... 49:860$300

Art. 15. Com a illuminação das cidades e villas da província, sendo 100$ rs. para mais dois lampiões na rua de S. Pantaleão da capital, e 300$ rs. para seis na villa do Itapucurú-mirim .. 19:768$000

Art. 16. Com a divida publica fundada ........ 33:600$000

Art. 17. Com a colonisação estrangei-
ra e indigina, sendo 1:000$ reis para o pessoal e expediente da respectiva direc-

Art. 18. Com obras publicas decretadas e principiadas, sendo 5:000$ rs. para a respectiva administração.


Art. 20. Fica outro sim o governo auctorizado a despender extraordinariamente

§ 1 reused. Última prestação do empréstimo á Santa Casa da Misericordia para a construção do cemitério da capital.

§ 2 reused. Com o engajamento de dous ta-chigraphos.

§ 3 reused. Com o pagamento da quantia de 2:000$ reis á D. Aurora Maria da Silva Pereira, viúva de Luiz José Pereira, de que lhe é devedora a câmara municipal de Alcantara, proveniente de soldos de seu fallecido avô Ricardo Antonio da Silva Leitão, em prestações anuais de 500$ reis, á começar a primeira no anno desta lei.

§ 4 reused. A quantia annual de 600$ reis com cada um dos estudantes, Ricardo Ernesto de Carvalho e João Antonio Coqueiro, como ajuda de custo para completarem os seus estudos em França, o 1.º de bellas-arts, e o 2.º de engenharia civil; assim como a de 800$ com Antonio Paes de Vasconcellos para estudar sciencias naturaes no mesmo paiz.

§ 5 reused. Com a conclusão da igreja do convento de Santo Antonio por conta da 4.ª parte do produto das loterias concedidas para a construção de matrizes a quantia de 500$ reis mensaes.
CAPITULO 3.º

Credito supplementar.

Art. 21. O governo fica auctorizado a perceber no ano financeiro corrente os seguintes artigos de receita:

§ 1.º Juro de 8 por cento correspondente á 400 ac-
cções da companhia Anil.

§ 2.º O producto de um empréstimo de 100:000$ reis, para cuja realização emitiria 500 apolices de 200$ reis da dívida publica fundada, na forma do art. 21 da lei n. 367 de 24 de julho de 1854.

Art. 22. O governo fica auctorizado a despendêr no corrente ano financeiro com o credito supplementar a lei provincial n. 404 de 21 de julho de 1855 a quantia de reis 272:315$753.

A saber:

§ 1.º Com a representação provincial—para o oficial da secretaria da assembléa provincial, que serve de archivista. 50$000

§ 2.º Com a instrução publica—à professoras de primeiras letras da freguezia de N. S. da Conceição da capital, de gratificação. 100$000

§ 3.º Com diferentes subsídios—a casa dos educandos artifices, na forma da lei provincial n. 408—reis 7:350$000; ao Asyla de Santa Thereza 2:070$ reis inclusive o augmento de 100$ reis do ordenado da mestra de costura; à companhia de navegação fluvial á vapor 40:000$ por empréstimo na forma da respectiva lei; à companhia do Anil o que for necessário para pagamento do juro de 8 por cento sobre as chamadas das acções. 53:420$000

§ 4.º Com aposentados e reformados —ordenado do official—maior e o do chefe.
de secção da secretaria do governo e um capitão do corpo de polícia.

§ 5.º Com a dívida publica fundada além do credito votado.

§ 6.º Com obras publicas decretadas e começadas, além do credito votado no art. 18 da lei n. 404, fazendo já o governo a necessaria distribuição dentro do credito auctorisado, e inclusive o valor das acções da companhia Anil, e 1:200$ reis para o concerto da rua Grande da vila do Rosario.

§ 7.º Extraordinariamente, com uma lapida para a sepultura do Dr. Eduardo Olimpio Machado, e com o retrato do mesmo para o asylo de Santa Therese rs. 2:000$; com o pagamento a Paulo Pedro de Barros de 45$ rs., importancia de um cavallo, que forneceu á commissao encarregada de explorar as minas de Maracassumé; com o pagamento a Joao de Deus Soares de Mello de 139$077 rs., importancia de metade do aluguel da casa, que serve de prisão na vila de S. Bento; com o pagamento á Juvencio Antonio da Costa Leite, professor de latin da vila de S. Bento, de 52$676, importancia do seu ordenado do 1.º de julho á 8 de agosto de 1854; e com a iluminação da cidade de Alcantara mais 1:210$ reis.

§ 8.º Idem, com a novaçao do contracto para engajamento de uma companhia lyricca italiana rs. 16:000$, e com o engajamento de outra qualquer companhia unicamente o credito votado na lei n. 404.

§ 9.º Com a conclusao da igreja do convento de Santo Antonio 500$ rs. mensaes por conta da 4.º parte dos produc-
tos das loterias concedidas para a cons-
strução das matrizes.

§ 10. Com Antonio Paes de Vascon-
cellos, o qual fica dispensado do prepara-
tório de inglez, de que tracta o art 3.º da
lei n. 10 de 5 de maio de 1835, afim de
que possa ser mandado, nos termos da
mesma lei, estudar em França sciencias
naturaes, com a condição de na sua volta
ensinar gratuitamente na província por
espaco de dous annos as materias que ti-
ver estudado.

CAPITULO 4. o

Disposições geraes,

Art. 23. Ficão em seu inteiro vigor as disposições
dos arts. 21, 24 e 38 da lei provincial n. 367 de 24 de
julho de 1854.

Art. 24. Ficão igualmente em seu inteiro vigor as
disposições dos arts. 25, 27 e 34 da lei n. 404 de 21 de
julho de 1855.

Art. 25. O emprestimo de 24:000$000 reis para uma
fabrica de fundição será concedido em tres prestações
annuaes de 8:000$000 reis cada uma.

Art. 26. Fica o governo auctorizado a fazer com a
caxia filial do banco do Brasil nesta provincia os ajustes
necessarios para que receba em conta corrente com
vencimento de juro, os dinheiros da provincia e effec-
tue os pagamentos, que se convencionarem, median-
te xeques ou ordens do thesoureiro.

Art. 27. A todos os empregados provinciais, sobre
que pode legislar a assembléa provincial, será descon-
tada a 5. º parte do ordenado, quando se acharem fo-
ra de exercicio por qualquer motivo, menos se for por
ocasião de outro serviço publico, pelo qual não devão
perder o ordenado, como o do jury e os das mesas parochiaes.

Esta medida, porém, não compreende os aposentados e reformados, nem tão pouco prejudica o direito que tem o empregado de ser aposentado com o seu ordenado por inteiro nos casos especificados por lei.

Art. 28. Fica o governo auctorizado a interessar em partes iguais na extracção das loterias, de que trata a presente lei, as províncias do Pará e Ceará.

Art. 29. Os empregados aposentados, tem direito a perceber seus vencimentos da data da aposentadoria, depois de consignado o crédito.

Art. 30. Ficão aprovados os creditos supplementares no exercício de 1855—1856, auctorizados pelo presidente da província para suprir o deficit com as verbas, administração da justiça, 4.500$ reis, expediente da secretaria do governo, 500$ reis, e expediente do tesouro publico provincial, 200$ reis.

Art. 31. O solicitador dos feitos da fazenda provincial perceberá pela arrecadação da taxa de heranças e legados a mesma porcentagem, que lhe é dada pela cobrança da dívida activa no juízo dos feitos da fazenda.

Art. 32. Fica criado o logar de depositario dos bens penhorados pela fazenda provincial, que não consistirem em dinheiro, ouro, prata e joias, percebendo o depositario a mesma porcentagem, que compete ao depositario geral.

Art. 33. Fica desde já extinta a classe dos supranumerarios na casa dos educandos artifícios; os actuaes porem serão conservados até que passem à classe dos numerarios em todas as vagas, que existem, e se forem oferecendo. Finda esta passagem, os rendimentos da sobredita casa serão recolhidos no tesouro publico provincial como renda do mesmo tesouro. A disposição deste artigo é permanente.

Art. 34. Para o anno desta lei terá vigor a de fixação de forças, que rega no anno financeiro corrente.
Disposições communs á deux exercicios.

Art. 35. Fica sem effeto o determinado no art. 22 da lei n. 404 de 21 de julho de 1855, e restabelecida em todas as suas partes à disposição do art. 37 da lei n. 367 de 24 de julho de 1854.

Art. 36 Todas as despezas decretadas e distribuidas para construção e reparos de matrizes serão somente suprirdas pelo producto das loterias, ficando anulados todos os creditos especiais consignados e não despendidos.

Esta e a precedente disposição tem vigor no anno da lei e no anno financeiro corrente.

Art. 37. Ficão em vigor as anteriores leis de orçamento provinciainos, no que não versar sobre receita e despeza e não estiver expressamente revogado.

Mando, por tanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario da provincia a faça imprimir, publicar e correr.—Palacio do governo da provincia do Maranhão, em seis de setembro de mil oitocentos e cinquenta e seis, trigesimo quinto da independencia e do imperio.

Antonio Candido da Cruz Machado.

Estava o sello.

Carta de lei, pela qual V. Exc. manda executar o decreto da assemblea legislativa provincial, orçando a receita provincial para o anno financeiro de 1857—1858, como acima se declara.

Para V. Exc. ver.

Roberto Augusto Colin a fez.

Sellada e publicada na secretaria do governo da pro-
mo qualquer rez que tenhão de comprar para consu-
mirem. Aos infractores mulcta de quinhentos rs. (500
reis) por cada pessoa, e igual quantia por cada cabeça
de gado vaccum ou cavallar e cargas; e o duplo na re-
incidencia.

Art. 4. o A taxa da passagem será de oitenta reis
por cada pessoa e por cada animal cavallar, e a de cin-
coenta reis por cada cabeça de gado vaccum.

Art. 5. o As taxas marcadas ou o producto da arre-
matação farão parte das rendas municipaes da dita
villa.

Art. 6. o As auctoridades policias e o fiscal da ca-
mara são competentes para imporem a mulcta.

Art. 7. o Ficão á cargo da camara municipal a lím-
peza e conservação da estrada do Resfriado, tão somen-
te no territorio do seu municipio, assim como os con-
certos, de que carecerem os curraes estabelecidos na
seira, e os do lugar da passagem.

Art. 8. o Ficão revogadas as disposições em contra-
rio.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o
conhecimento e execução da referida lei pertencer, que
a cumprão e faço cumprir tão inteiramente como nel-
la se contem. O secretario da provincia a faça imprimi-
mir, publicar e correr. Palacio da presidencia da pro-
vincia do Maranhão, em seis de setembro de mil oit-
centos e cincoenta e seis, trigesimo quinto da indepen-
dência e do imperio.

ANTONIO CANDIDO DA CRUZ MACHADO.

Estava o sello.

Carta de lei, pela qual V. Excel. manda executar o
decreto da assembléa legislativa provincial, appro-
vando diversas posturas da camara municipal da vil-
ta do Rosario, como acima se declara.
Para V. Exc. ver.

Roberto Augusto Colin a faz.

Sellada e publicada na secretaria do governo da província do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

Luiz Antonio Vieira da Silva,
Secretario da província.

Registrada a fl. 10 do Livro 4.º de leis e resoluções da assembléa legislativa provincial.— 1.º Secção da Secretaria do Governo do Maranhão, 6 de setembro de 1856.

João Raimundo de Miranda Machado.

---

LEI N. 442—DE 6 DE SETEMBRO DE 1856.

Antonio Candido da Cruz Machado, official da imperial ordem da Rosa, deputado á assembléa geral legislativa pela província de Minas Geraes, e presidente da do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou, e eu sanccionei a lei seguinte.

Art. 1.º O logar—Nova Olinda—que pela lei, n. 314, de 24 de novembro de 1851, pertencia á freguezia da Chapadinha, ficará d'ora em diante pertencendo á de Sant'Anna do Burity do municipio do Brejo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario da província a faça imprimir, publicar e correr. Palacio da presidencia da província do Maranhão, em seis de setembro de mil oitoo-
centos e cinquenta e seis, trigésimo quinto da independência e do imperio.

ANTONIO CANDIDO DA CRUZ MACHADO.

*Estava o sello.*

Carta de lei, pela qual V. Exc. manda executar o decreto da assembleia legislativa provincial, determinando que o logar—Nova Olinda—da freguezia de Chapadinha, fique pertencendo á de Sant'Anna da Burity, como acima se declara.

Para V. Exc. ver.

Roberto Augusto Colín a fez.

Sellada e publicada na secretaria do governo da província do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

Luiz Antonio Vieira da Silva,
Secretario da Província.

Registrada a fl. 11 do livro 4.º de leis e resolução da assembleia legislativa provincial.—1.º secção da secretaria do governo do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

João Raimundo de Miranda Machado.

---

LEI N. 443—DE 6 DE SETEMBRO DE 1856.

Antonio Candido da Cruz Machado, oficial da imperial ordem da Rosa, deputado à assembleia geral legislativa pela província de Minas Geraes e presidente da do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembleia legislativa provincial decretou, e em sancionei a lei seguinte.
centos e cincoenta e seis, trigesimo quinto da independência e do imperio.

ANTONIO CANDIDO DA CRUZ MACHADO.

*Estava o sello.*

Carta de lei, pela qual V. Exc. manda executar o decreto da assembleia legislativa provincial, determinando que o logar—Nova Olinda—da freguezia da Chapadinha, fique pertencendo à de Sant’Anna do Buriti, como acima se declara.

Para V. Exc. ver.

Roberto Augusto Coimbra fez.

Sellada e publicada na secretaria do governo da provincia do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

Luiz Antonio Vieira da Silva,
Secretario da Provincia.

Registrada a fl. 11 do livro 4. o de leis e resoluçao da assembleia legislativa provincial.—1. P. secção da secretaria do governo do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

João Raimundo de Miranda Machado.

---

LEI N. 443—DE 6 DE SETEMBRO DE 1856.

Antonio Candido da Cruz Machado, official da imperial ordem da Rosa, deputado à assembleia geral legislativa pela provincia de Minas-Geraes e presidente da do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitan tes que a assembleia legislativa provincial decretou, e en sancionei a lei seguinte.
Art. 1.° Fica desde já criada na freguesia de Santa Maria de Anajatuba uma cadeira de primeiras letras para meninas com o ordenado annual de quinhentos mil reis (500$000).

Art. 2.° Esta cadeira será provida na forma das leis em vigor.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e faça cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario da provínncia a faça imprimir, publicar e correr. Palácio da presidencia da província do Maranhão, em seis de setembro de mil oitocentos e cincocenta e seis, trigesimo quinto da independência e do imperio.

ANTONIO CANDIDO DA CRUZ MACHADO.

Estava o sello.

Carta de lei, pela qual V. Exc. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, criando uma cadeira de primeiras letras para meninas na freguesia de Santa Maria de Anajatuba, como acima se declara.

Para V. Exc. ver.

Roberto Augusto Colin a fez.

Sellada e publicada na secretaria do governo da província do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

Luiz Antonio Vieira da Silva,
Secretario da Provincia.

Registada a fl. 11 do livro 4.º de leis e resoluções da assembléa legislativa provincial.— 1.ª secção da secretaria do governo do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

João Raimundo de Miranda Machado.
Estava o selo.

Carta de lei, pela qual V. Exc. manda executar o decreto da assembleia legislativa provincial, determinando que o logar—Nova Olinda—da freguezia da Chapadinha, fique pertencendo a de Sant’Anna do Burity, como acima se declara.

Para V. Exc. ver.

Roberto Augusto Colin a fez.

Sellada e publicada na secretaria do governo da provincia do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

Luiz Antonio Vieira da Silva,
Secretario da Provincia.

Registrada a fl. 11 do livro 4.º de leis e resolução da assembleia legislativa provincial.—1.ª secção da secretaria do governo do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

João Raimundo de Miranda Machado.

LEI N. 443—DE 6 DE SETEMBRO DE 1856.

Antonio Candido da Cruz Machado, official da imperial ordem da Rosa, deputado à assembleia geral legislativa pela provincia de Minas-Ceraes e presidente da do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembleia legislativa provincial decretou, e em sancioeiei a lei seguinte.
Art. 1. ° Fica desde já criada na freguesia de Santa Maria de Anajatuba uma cadeira de primeiras letras para meninas com o ordenado anual de quinhentos mil reis (500$000).

Art. 2. ° Esta cadeira será provida na forma das leis em vigor.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nel-la se contém. O secretario da província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio da presidencia da província do Maranhão, em seis de setembro de mil oitocentos e cinquenta e seis, trigesimo quinto da independencia e do imperio.

ANTONIO CANDIDO DA CRUZ MACHADO.

Estava o sello.

Carta de lei, pela qual V. Exc. manda executar o decreto da assemblea legislativa provincial, criando uma cadeira de primeiras letras para meninas na freguesia de Santa Maria de Anajatuba, como acima se declara.

Para V. Exc. ver.

Roberto Augusto Colin a fez.

Sellada e publicada na secretaria do governo da província do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

Luiz Antonio Vieira da Silva,
Secretario da província.

Registada a fl. 11 do livro 4. de leis e resoluções da assemblea legislativa provincial.— 1. seção da secretaria do governo do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

José Raimundo de Miranda Machado.
LEI N. 444—DE 6 DE SETEMBRO DE 1856.

Antonio Candido da Cruz Machado, oficial da imperial ordem da Rosa, deputado à assembléa geral legislativa pela província de Minas-Geraes e presidente da do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte.

Art. 1.º Fica aprovado o contrato celebrado em 10 de setembro de 1855 pelo governo da província com o cidadão Ignacio José Ferreira, proprietário da tipografia do Publicador Maranhense, a respeito da impressão dos actos oficiais, e mais trabalhos, de que trata o § 2.º do artigo 6.º da lei provincial n. 404.

Art. 2.º Fica revogadas as disposições em contrário.

Mando, por tanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario da província a faça imprimir, publicar e correr. Palacio da presidência da província do Maranhão, em seis de setembro de mil oitocentos e cincocenta e seis, trigesimo quinto da independência e do imperio.

ANTONIO CANDIDO DA CRUZ MACHADO.

Estava o sello.

Carta de lei, pela qual V. Exc. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, approvando o contrato celebrado pelo governo da província com o cidadão Ignacio José Ferreira, proprietário da tipografia do Publicador Maranhense, a respeito da impressão dos actos oficiais e mais trabalhos, como acima se declara.

Para V. Exc. vêr,

Roberto Augusto Colin a fez.
Sellada e publicada na secretaria do governo do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

Luiz Antonio Vieira da Silva,
Secretario da provincia.

Registrada a fl. 11 do Livro 4.º de Leis e Resoluções da assembléia legislativa provincial.—1.º Secção da Secretaria do Governo da provincia do Maranhão, 6 de setembro de 1856.

João Raimundo de Miranda Machado.

---


Antonio Candido da Cruz Machado, oficial da imperial ordem da Rosa, deputado á assembléa geral legislativa pela provincia de Minas-Geraes e presidente da do Maranhão. Faz saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial resolveu, e eu sancionei a lei seguinte.

Art. 1.º Fica o governo da provincia auctorisado a conceder por empréstimo aos religiosos do convento de Santo Antonio desta cidade a quantia de quinhentos mil reis ($500$000) mensalmente, por espaço de dois annos, que será aplicada na reedificação da Igreja do mesmo convento.

Art. 2.º O thesouro provincial será indemnizado deste empréstimo pelo produto da quarta parte de cada uma das loterias, que da data desta lei em diante for extrahida para a construção das matrizes da provincia.

Art. 3.º Os religiosos de Santo Antonio ficão obrigados a prestar a igreja de seu convento para servir de matriz a uma das freguezias desta cidade, no caso de lhes ser exigida pelo ordinario da diocese.
Art. 4.ª Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando, por tanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nel-la se contem. O secretario da província a faça imprimir, publicar e correr.—Palacio do governo da província do Maranhão, em seis de setembro de mil oitocentos e cincenta e seis, trigesimo quinto da independencia e do imperio.

Antonio Candido da Cruz Machado.

Estava o sello.

Carta de lei, pela qual V. Exc. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, auctorizando o governo da província a conceder por empréstimo aos religiosos do convento de Santo Antonio desta cidade a quantia de quinhentos mil reis mensalmente, como acima se declara.

Para V. Exc. ver.

Roberto Augusto Colin a fez.

Sellada e publicada na secretaria do governo da província do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

Luiz Antonio Vieira da Silva,
Secretario da província.

Registrada a fl. 12 do livro 4.º de leis e resoluções da assembléa legislativa provincial.—1.ª seção da secretaria do governo do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

João Raimundo de Miranda Machado.
LEI N. 446—DE 6 DE SETEMBRO DE 1856.

Antonio Candido da Cruz Machado, oficial da imperial ordem da Roza, deputado à assembleia geral legislativa pela província de Minas-Geraes, e presidente da do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembleia legislativa provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o governo da província auctorizado a crear dentro da ilha e o mais proximo que for possivel da capital uma fazenda modelo, onde se cultivem os nossos productos agrícolas pelos processos aratorios mais modernos, e que melhores resultados tenham praticamente apresentado, em ordem a servir de escola aos nossos agricultores.

Art. 2.º O governo mandará engajar em paiz estrangeiro e onde se cultivarem productos similares aos nossos um agricultor practico e com os conhecimentos theoreticos indispensaveis para servir de director da fazenda modelo e de que tracta o artigo antecedente.

Art. 3.º Os individuos que forem empregados no cultivo desta fazenda deverão ser livres nacionaes ou estrangeiros, para que possam para o futuro servir de feitores ou administradores das fazendas no interior da província, tornando-se dest'arte mais uteis que os actuaes pelos conhecimentos, que praticamente deverão adquirir.

Art. 4.º O governo fica auctorizado a despender para o estabelecimento e sustentação desta fazenda modelo até a quantia de quinze contos de reis no primeiro anno, e oito em cada um dos outros que se lhe seguirem, entrando nesta despeza o ordenado do director e dos demais individuos que forem necessarios para o serviço da cultura.

Art. 5.º Da verba—Obras publicas—despendera o governo o que for necessário para a compra das terras da fazenda.
Art. 6.º O governo fará os regulamentos necessários para a boa execução da presente lei.

Art. 7.º No caso de se apresentar algum que, por si ou por meio da incorporação de uma companhia, queira levar a efeito a criação da fazenda modelo, sob as bases da presente lei, e o governo entender assim de mais proveito para a província, fica o mesmo governo auctorizado a auxiliar o empresário ou a companhia com o empréstimo de vinte contos de reis ao prazo de dez annos sem juros, ou garantir os juros de oito por cento ao capital de cincoenta contos de reis pelo tempo de cinco annos.

Mando, por tanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O secretario da província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio da presidencia da província do Maranhão, em seis de setembro de mil oitocentos e cincoenta e seis, trigésimo quinto da independencia e do imperio.

ANTONIO CANDIDO DA CRUZ MACHADO.

Estava o selo.

Carta de lei, pela qual V. Exc. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, auctorizando o governo da província a criar dentro da ilha o mais proximo que for possível da capital uma fazenda modelo como acima se declara.

Para V. Exc. ver. Roberto Augusto Colin a fez.

Sellada e publicada na secretaria do governo da província do Maranhão, em 6 de setembro de 1856.

Luiz Antonio Vieira da Silva
Secretario da província.
Registrada a fl. 12 do Livro 4.º de Leis e resoluções da assembleia legislativa provincial.— 1.º Secção da Secretaria do Governo do Maranhão, 6 de setembro de 1856.

João Raimundo de Miranda Machado.